



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Síntese de Audiência

Dia: 19 de setembro de 2024

Hora: 14h00

ENTIDADE:

Dr. Timo Schisanowski, Deputado ao Bundestag (SPD) e Presidente do Grupo de Amizade Luso-Alemão

- Dra. Luise Rurup - Representante da Fundação Friedrich Ebert para Espanha e Portugal;
- Dr. Fabian Schmiedel – Diretor da Fundação Friedrich Ebert em Portugal;
- Dr. Ludwig Blaurock - Vice-embaixador da República Federal da Alemanha em Lisboa;

RECEBIDOS, PRESENCIALMENTE, POR:

Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI)

- Deputada Isaura Morais (PSD), membro da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão;
- Deputado Miguel Cabrita (PS), coordenador do GP do PS na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão;
- Deputado José Moura Soeiro (BE), Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

SÍNTESE DOS TEMAS ABORDADOS:

O Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), saudou o Deputado Timo Schisanowski e restante delegação. De seguida, apresentou a delegação do Parlamento português, reforçando a pertinência da realização desta reunião conjunta.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

No decorrer da reunião, foram abordados os seguintes temas:

- A importância e antiguidade das relações bilaterais entre a Alemanha e Portugal;
- A relevância da diversidade das forças políticas, considerando os atuais desafios políticos;
- Destaque do papel dos Parlamentos nacionais, enquanto representantes da pluralidade nacional do território;
- A importância da existência de um canal aberto de comunicação entre os dois Parlamentos, alemão e português, tendo sido suscitada a preocupação pela qualidade da democracia nos tempos atuais. Saliu-se a pertinência de se estreitar a cooperação entre os dois Parlamentos ao nível da União Europeia, nomeadamente, no desenvolvimento de políticas públicas;
- O Presidente da CTSSI destacou, como prioritária, a qualidade do trabalho, relevando a necessidade de se garantir boas condições de trabalho e bons salários;
- A necessária constituição do Grupo de Amizade Portugal-Alemanha na Assembleia da República, para continuar o estreitamento de relações entre os Parlamentos alemão e português;
- A relevância que a CTSSI dava às condições de trabalho e inclusão em Portugal, bem como noutros países;
- A preocupação sobre a nova composição do Colégio de Comissários Europeus, concretamente, a ausência de um Comissário Europeu específico responsável pela pasta do Trabalho e Assuntos Sociais;
- A preocupação pela secundarização, em Portugal, do debate sobre as condições laborais, tendo sido destacado que um dos problemas nacionais era a qualidade dos salários;
- Ponto de situação da evolução do salário mínimo na Alemanha e em Portugal, com destaque para os vários aumentos que vinham a ser feitos, desde 2011, em Portugal;
- Troca de impressões sobre a situação da imigração, nomeadamente, a sua importância no mercado laboral português, bem como para o reforço do sistema



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

contributivo; sobre a guerra na Ucrânia e sobre a forças políticas populistas, nomeadamente, como estavam os Parlamentos a lidar com estas questões;

- O sentimento da população portuguesa relativamente aos dados económicos positivos do país *versus* o desagrado pelas condições de vida, como o acesso à saúde e à educação, tendo o Presidente da CTSSI referido que os problemas das pessoas evoluíam à medida que iam sendo resolvidos, mas surgiam outros desafios para lidar, ofuscando, desse modo, os dados económicos positivos;

- As negociações do Orçamento do Estado, nomeadamente, o ponto de situação em cada um dos países. Sobre Portugal, o Deputado Miguel Cabrita (PS) referiu que, sendo o Governo português minoritário, teria de negociar com as demais forças políticas, designadamente, com o PS, que tinha definido duas linhas vermelhas: o IRS jovem, defendendo que, como se encontrava proposto, apenas beneficiaria alguns setores da população jovem; e a redução do IRC, com a qual concordavam, mas não da forma proposta pelo Governo.